



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro, Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

PROFESSORES SOB ATAQUE: INTIMIDAÇÃO POLÍTICA E PERSEGUIÇÃO EM GRUPOS DE EXTREMA-DIREITA¹

Eixo Temático 36 – RESISTÊNCIAS EDUCATIVAS NAS MÍDIAS DIGITAIS FACE AO CONSERVADORISMO: A TENSÃO ENTRE SABERES E ATIVISMOS DE GÊNEROS E SEXUALIDADES E O AVANÇO DOS DISCURSOS DE ÓDIO E PÂNICOS MORAIS

Victoria Vicente Rodrigues Lopes²
Nilton Abranches Júnior³

RESUMO

A ascensão da extrema-direita no Brasil impacta a relação entre escola, professores e sociedade, sendo as redes sociais vetores centrais dessa dinâmica. Este estudo investiga a perseguição a educadores promovida por grupos conservadores, com foco no grupo do Facebook "Mulheres com Bolsonaro (Oficial)". A análise de postagens revela que as mães são vistas como fiscalizadoras da escola, apoiando pautas como educação domiciliar e Escola Sem Partido. As postagens acusam docentes de doutrinação e incentivam sua vigilância, usando vídeos de aulas e redes sociais como instrumentos de intimidação. Conclui-se que o discurso ideológico online amplia a hostilidade contra professores e compromete a autonomia docente.

Palavras-chave: Extrema-direita, Perseguição a professores, Redes sociais, Doutrinação ideológica, Escola Sem Partido.

INTRODUÇÃO

A perseguição a professores, especialmente os comprometidos com uma prática pedagógica crítica, não é um fenômeno recente. Historicamente, a educação é vista pelos grupos dominantes como uma ameaça à ordem vigente, justificando o controle sobre o processo educativo.

¹ Pesquisa de doutorado financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

² Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, lopesvvr@gmail.com;

³ Professor orientador: Doutor em Geografia pela UFRJ, Professor Associado do IGEOG – UERJ, niltonabranches07@yahoo.com.br.



Recentemente, essa perseguição se intensificou com a ascensão de movimentos conservadores que buscam deslegitimar o papel formador e político da escola. Assim, entendemos que a prática docente e o processo educativo estão envolvidos em movimentos de resistência, frequentemente ligados a projetos que buscam neutralizar o caráter crítico da educação. Nesse contexto, a figura do professor tem sido desvalorizada, tanto simbolicamente quanto materialmente, visando reduzir a potência crítica de seu trabalho (Arroyo, 2000). Assim, para as forças neoliberais autoritárias, o educador crítico é visto como uma ameaça à manutenção da ordem estabelecida (Frigotto, 2017). A repressão ao pensamento crítico está ligada à ascensão de discursos moralizantes que impõem limites às discussões escolares com uma visão conservadora da sociedade. Giroux (2017) destaca que a pedagogia crítica é atacada por incentivar a reflexão, a dúvida e a emancipação, contrariando os interesses de grupos autoritários que promovem o pensamento único.

No contexto atual, com a emergência do ciberespaço e o crescimento das redes sociais, as práticas de vigilância vão além da escola e se expandem para o ambiente digital. Paralelamente, no contexto político marcado pelo avanço de posturas extremistas em diversos países latino-americanos, com foco no Brasil, “vigiar e punir”, nos termos propostos por Michel Foucault (1987), assume contornos de dispositivo de fiscalização e controle voltado à repressão de práticas e discursos dissidentes. Assim, atores sociais que se sentem ameaçados por discursos críticos e progressistas recorrem à vigilância e punição para manter a ordem simbólica e política vigente.

O movimento *Escola Sem Partido* expressa a tentativa de vigiar e censurar práticas pedagógicas, num esforço de silenciar vozes dissonantes, sobretudo as que abordam desigualdade social, diversidade e direitos humanos (Penna, 2018). A noção de escola neutra sustenta a retórica conservadora contra o pensamento crítico na educação. Contudo, autores como Freire (1996) contestam radicalmente essa concepção ao defenderem que “a educação é um ato político” e que “não há neutralidade possível no ato de educar”. A pretensa neutralidade funciona como instrumento para mascarar as relações de poder e as ideologias que estruturam os processos educativos (Freire, 1996).



Assim, todo ensino é expressão de uma concepção de mundo (Gramsci, 2000), sendo a escola um espaço central na disputa pela hegemonia cultural. Logo, o discurso da neutralidade atua como mecanismo ideológico que reforça a ordem dominante, naturalizando desigualdades e restringindo o papel emancipador da educação.

Este estudo foca em mães conservadoras alinhadas ao bolsonarismo, que veem como dever vigiar a educação dos filhos e garantir sua conformidade com valores morais defendidos por elas. Nessa lógica, temas como gênero, diversidade, igualdade racial, direitos das mulheres, povos originários e pessoas com deficiência são estigmatizados como doutrinação. Tal dinâmica revela não somente uma tentativa de cerceamento da autonomia pedagógica e do pluralismo pedagógico, mas também a instrumentalização do discurso moralizante como estratégia de opressão simbólica (Bourdieu, 1998) e de manutenção de estruturas hegemônicas de poder (Gramsci, 2000). Além disso, ao se apropriar de uma retórica de proteção moral, tais grupos reproduzem práticas discursivas que, conforme aponta Butler (2015), operam na exclusão de corpos e subjetividades dissidentes, reforçando normas sociais excludentes e hierarquizantes.

Dessa maneira, esta pesquisa buscou compreender como as redes sociais potencializam a disseminação dessas narrativas e como esses discursos promovem a hostilidade contra professores, interferindo no ambiente escolar.

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo baseia-se na análise do discurso digital, conforme os pressupostos de Marie-Anne Paveau (2017), a partir da investigação de postagens em grupos de extrema-direita no *Facebook*. Essa abordagem não se limita ao conteúdo textual, mas considera também o contexto discursivo e os lugares sociais dos enunciados. Paveau argumenta que a internet redefine as relações sociais, tornando-as mais complexas e subjetivas, mesmo diante da aparente objetividade técnica dos dados digitais. Assim, os discursos digitais são entendidos como produções verbais no espaço virtual, independentemente das plataformas utilizadas.



O grupo “Mulheres com Bolsonaro (OFICIAL)” surgiu no *Facebook* durante as eleições de 2018 como um coletivo de mulheres conservadoras e antifeministas que apoiavam Jair Bolsonaro. Com mais de um milhão de participantes, o grupo se caracteriza por sua segmentação e alinhamento ideológico, sendo exclusivo para mulheres apoiadoras. A análise das postagens evidenciou o papel das mães como fiscalizadoras da escola, apoiando pautas como o Movimento Escola Sem Partido e a educação domiciliar.

A coleta dos dados foi conduzida manualmente com palavras-chave como: “Escola Sem Partido”, “doutrinação”, “filmar professores” e “denúncia”. A análise discursiva buscou: 1) compreender a noção de “doutrinação ideológica” nos discursos; 2) examinar os sentidos atribuídos ao Escola Sem Partido; e 3) identificar estratégias de denúncia utilizadas pelos grupos. O estudo permitiu mapear argumentos centrais e práticas discursivas desses coletivos no ambiente digital.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A acusação de doutrinação ideológica em escolas e universidades é comum entre bolsonaristas. A narrativa alega que governos de esquerda promovem a manipulação de crianças e jovens com ideais comunistas. Essa estratégia deslegitima a educação crítica e justifica medidas autoritárias. Um exemplo foi uma postagem de novembro de 2019, com entrevista do então ministro Abraham Weintraub ao *Correio Braziliense*. Na ocasião, uma apoiadora ecoou a fala do ministro, afirmando que o “motivo dos governos de esquerda terem investido bilhões em universidades foi para doutrinar os estudantes”. Além disso, acrescentou que esse projeto educacional estaria formando “um bando de drogados, verdadeiros zumbis que só querem fazer baderna e greve”, alegando que os estudantes sofrem “lavagem cerebral”, transformando-se em “vagabundos e maconheiros”. Assim, descredibilizar a educação pública integra um projeto conservador que visa formar cidadãos dóceis e acríticos. Defende-se uma falsa “neutralidade”, que resulta num ensino tecnicista, tradicionalista e alheio aos direitos humanos.



Uma postagem de mulheres bolsonaristas defendia uma proposta educacional com três pilares. Primeiramente, era preciso “expurgar Paulo Freire”, retratando a educação pública como foco do “marxismo cultural” e distorcendo seu método crítico como doutrinação, eliminando a consciência social. O segundo propunha reformar a BNCC e acabar com a “aprovação automática”, priorizando disciplina e meritocracia, sem considerar causas estruturais do fracasso escolar. Por fim, a defesa de um empreendedorismo nas universidades, reduzindo o saber a produto de mercado e lucro. Assim, por trás do slogan “sem doutrinação”, esconde-se, na verdade, uma doutrinação ainda mais perigosa, aquela que reduz a escola a uma fábrica de indivíduos submissos e a universidade a um centro de treinamento para o mercado. O objetivo não é melhorar a educação, mas esvaziar seu potencial transformador, formando gerações incapazes de pensar criticamente e, assim, mais fáceis de serem controladas.

Criado em 2004 e revitalizado no governo Bolsonaro, o movimento Escola Sem Partido busca impor uma suposta “neutralidade” no ensino. Sua mobilização foi eficaz, especialmente entre mulheres bolsonaristas e mães conservadoras, que se veem como protetoras da moralidade infantil. O movimento ganhou força nas redes sociais, com postagens que difundem suas ideias e mobilizam apoio, incluindo campanhas para pressionar a aprovação do projeto na Câmara.

Assim, segundo essas apoiadoras, a educação moral e ideológica seria de responsabilidade exclusiva da família, cabendo aos professores somente a transmissão de conteúdos técnicos e neutros, como pode ser visto no seguinte comentário de apoiadora “Professor é pra ensinar matemática, português, geografia, conteúdos escolares etc , mas no que diz respeito a educação isto é papel dos pais e o que a criança vai ser no futuro professor não tem de opinar, isto é entre pais e filhos”. Em postagens amplamente compartilhadas, defende-se que o Escola Sem Partido proíbe educadores de promover interesses políticos, morais, partidários ou religiosos; fazer propaganda político-partidária ou incitar manifestações; e abordar questões socioculturais e econômicas de forma “tendenciosa”. O movimento também exige que os professores respeitem o direito dos pais de garantir uma educação moral alinhada aos valores conservadores.



Caso o professor desrespeite as diretrizes do movimento, ele se torna alvo de denúncias e perseguições públicas. Um exemplo é a prática de gravar aulas, incentivada como forma de fiscalização docente.

Circulou no grupo um suposto documento jurídico de 2018, atribuído ao Procurador Fábio Moraes de Aragão, que validaria essas gravações, mas sua autenticidade não pode ser confirmada, sendo possivelmente mais uma das *fake news* usadas para justificar ações extremistas de vigilância. O documento, supostamente emitido pelo Ministério Público Federal do Rio de Janeiro, argumenta que gravar aulas não viola a liberdade de cátedra, pois o professor mantém sua autonomia e não sofreria represálias estatais. A prática é considerada “louvável” por permitir a “revisão de conteúdos” e o registro de “possíveis atos ilícitos” em sala de aula. Essa justificativa revela um alinhamento claro com uma visão punitivista e controladora, que naturaliza a vigilância como mecanismo para garantir a suposta “legalidade” no ambiente escolar.

Para essas mães bolsonaristas, ensinar os filhos a denunciarem professores é parte de seu papel de “protetora”. Como declarou uma apoiadora: "Sejamos sábias mãezinhas... O diabo tentará de tudo pra desviar nossos filhos!! É doutrinação? Denuncie sim!!!". Entre as orientações disseminadas no grupo estão: não debater com o professor, evitando qualquer confronto direto; sair da sala de aula caso se sinta “doutrinado”; grava as aulas e denunciar o docente à polícia, à direção da escola, à Secretaria de Educação e ao Ministério Público; expor publicamente o nome da escola e dos professores, confrontando-os nas redes sociais.

A máxima “Quem não deve, não teme” é frequentemente repetida para justificar essas ações. Segundo essa lógica, somente professores que “agridem os alunos com palavras e ameaças” teriam motivos para temer a vigilância. Como argumentam: "Quanto aos bons professores, esses não têm o que temer... Quem fará uma denúncia se estiver numa boa ensinando português?? Fazendo contas de matemática ou ensinando geografia???". Essa narrativa transforma a sala de aula em um campo de batalha ideológico, onde o professor é tratado como um potencial inimigo a ser monitorado. Sob o pretexto de combater a doutrinação, o que se consolida é um projeto autoritário que criminaliza o pensamento crítico, incentiva a cultura da delação entre os alunos e esvazia a educação de seu papel emancipador.



O resultado não é uma escola “neutra”, mas sim uma escola censurada, onde professores são coagidos a evitar qualquer discussão que desafie o status quo e onde alunos aprendem, desde cedo, que questionar pode ser perigoso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das postagens do grupo “Mulheres com Bolsonaro (OFICIAL)” revela a emergência de uma lógica de controle e censura que se articula com projetos políticos autoritários e conservadores, sustentados por uma visão moralizante da educação e pelo fortalecimento de práticas de vigilância sobre os professores. As mães bolsonaristas, ao assumirem o papel de fiscalizadoras da escola e defensoras da educação domiciliar, reforçam a ideia de que a escola deve ser um espaço técnico, neutro e livre de debates sociopolíticos, desconsiderando sua função crítica e formadora.

Assim, os discursos digitais desse grupo expõem a defesa da militarização dos conteúdos escolares e da educação domiciliar, o enfraquecimento da autonomia docente, como também expressa um projeto de educação esvaziado de conteúdo crítico e voltado à formação de sujeitos obedientes, conformados e acríticos. Nesse sentido, a pesquisa demonstra como os discursos analisados não somente atacam diretamente professores e professoras, mas integram uma ofensiva ideológica mais ampla, que visa moldar a educação segundo valores conservadores, punitivistas e neoliberais. A chamada “neutralidade” defendida por esses grupos funciona como instrumento de silenciamento e manutenção das hierarquias sociais, apagando a pluralidade e criminalizando o dissenso.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Imagens quebradas**: trajetórias e tempos de professores e professoras. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.



BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A educação e a crise do capital no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 138, p. 203–218, jan./mar. 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere:** Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GIROUX, Henry A. **A universidade em ruínas:** pedagogia crítica e a política da resistência. Campinas: Papyrus, 2017.

PAVEAU, Marie-Anne. **L'analyse du discours numérique:** dictionnaire des formes et des pratiques. Paris: Hermann Éditeurs, 2017. 207p.

PENNA, Fernando. **Escola sem partido:** Esfinge que ameaça a educação e a democracia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.